

Francisca Novantino

Conselho de Educação Indígena do Estado do Mato Grosso

Mesa: Problemas de qualificação de pessoal para novas formas de ação indigenista. Meu nome é Francisca Novantino e eu sou índia Paresi, do Mato Grosso. Trabalho na Secretaria de Educação do Estado, sou presidente do Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado e representante indígena no Conselho Estadual do Estado do Mato Grosso. Desde ontem, ouvindo os parentes que estiveram aqui na mesa e ouvindo também os não-indígenas, minha conclusão pessoal foi de que todos os pontos colocados giraram em torno da questão educacional, da questão da formação, capacitação e preparação tanto de índios como de não-índios para lidar com suas respectivas situações. Vou falar um pouco sobre o que temos feito no Mato Grosso na área de educação escolar indígena, algo bem diferente da educação indígena. Educação indígena é uma coisa, educação escolar indígena é outra. A Secretaria de Estado está conduzindo 2 projetos extremamente importantes para as demandas que existem no nosso estado. Um dos projetos, sobre o qual a Dra. Bruna Franchetto colocou alguns pontos importantes, é o projeto de formação de professores do Parque Nacional do Xingu, que temos apoiado a nível de recursos financeiros. O outro projeto é o Tucum, um projeto de formação de professores indígenas que ao longo de muitos anos vem atendendo às necessidades da escola e dos professores voltados para a educação escolar indígena. Este projeto se constitui de um processo de aglutinação de interesses tanto da parte dos indígenas e das comunidades, quanto das instituições afins. Ele leva em consideração todas as demandas que temos vivenciado, colocando em pauta os professores indígenas, suas necessidades e dificuldades e também as experiências já havidas com missionários e leigos no campo da educação escolar. Estamos batalhando hoje para que o projeto possa ser inserido dentro de uma política de educação do estado. Isto é uma das nossas metas para fazer com que se cumpra o que diz a Constituição. A senadora Marina Silva tocou numa coisa muito importante, a questão de fazer cumprir o que a lei diz: uma escola diferenciada, bilíngüe e específica para os índios. Mas que educação escolar queremos? Temos discutido muito este assunto com nossos professores. Educação indígena nós sabemos o que é, temos segurança para falar, mas a educação escolar precisa de instrumentos que são externos, que são os instrumentos da sociedade envolvente. Partindo destes questionamentos, estamos caminhando hoje para a discussão do currículo da educação escolar indígena e partindo também para um programa dirigido à formação de 3º grau. Estamos com um anteprojeto encaminhado, com o apoio do governo estadual, e estamos buscando ver como é que podemos conduzir este processo, fazendo com que o governo federal assumira de fato o 3º grau dos professores e dos povos indígenas. Na nossa região, o interesse dos professores indígenas e das comunidades é de que realmente haja uma possibilidade de continuidade dos estudos, até porque a educação escolar é um instrumento de defesa. Como algum dos parentes assinalou aqui: “Nós queremos assimilar o conhecimento do outro para poder nos defender, para ter instrumentos de defesa dos nossos interesses” e esta tem sido a nossa luta no estado do Mato Grosso. O projeto Tucum é um projeto que envolve 4 pólos e 11 etnias. Nessas 11 etnias está o meu povo, os Paresi, uma das maiores etnias, e outros povos de quem somos vizinhos geograficamente. O projeto possibilita muitas discussões sobre que tipo de educação escolar queremos e sobre a formação dos futuros cidadãos indígenas. Os 4 pólos são muito bem organizados geograficamente e a gente percebe que as diferenças na maneira de pensar dos professores são resultado dos variados processos de capacitação que ocorreram no estado, alguns dados

por missionários, outros pela FUNAI, outros por instituições leigas. Hoje já há um pensamento claro em relação a esta questão da educação escolar, tanto é que estamos tendo condições de discutir o currículo. Pensando no que disse a Senadora Marina Silva sobre a cobrança de uma escola diferenciada, a lei está aí, claramente posta. Por que uma escola diferenciada e não um tratamento diferenciado? Uma das questões que temos colocado em pauta, baseados nas necessidades dos professores, é a questão da implantação do ensino fundamental e do ensino médio. Temos uma demanda de estudantes que estão fora de suas aldeias numa dificuldade muito grande para concluir seus cursos e na perspectiva de que tenham um retorno para suas comunidades. Essa questão do retorno é um grande desafio para nós. São raras exceções aqueles que saem de suas aldeias para estudar e que retornam para trazer alguma coisa para suas comunidades. Eu sou uma exceção das exceções, pois tive uma vida acadêmica e pude retornar para fazer alguma coisa não só para o meu povo, mas de uma maneira geral. Eu fui um caso que não sei se vai poder se repetir. Penso que devem haver oportunidades para outros estarem numa situação como a minha. O projeto tem nos aproximando muito das comunidades indígenas e das instituições públicas que estão na fronteira, que estão no processo de apoiar e assistir as comunidades, como é o caso das prefeituras. É muito importante a questão da formação das pessoas que vão atuar com as populações indígenas. No caso das prefeituras do nosso estado, há muitas que não estão preparadas e que consideram os índios como selvagens, sem condição de pensar, subestimando a capacidade das populações indígenas. Isto também é um desafio, porque não é fácil você tentar fazer desaparecer em pouco tempo pensamentos que ficaram enraizados ao longo de 500 anos na mente e no processo educacional de cada uma daquelas pessoas. Tentamos trabalhar com a questão politicamente e isto é um avanço muito grande. É este o caso também do pessoal do Xingu, que tem uma articulação política boa e tem sabido lidar com esta questão dos municípios. Nas reuniões com os professores do Xingu pude constatar esta proximidade que eles têm com as autoridades. O índio quer falar com as autoridades, com quem é dono das coisas, com quem vai realmente tomar as decisões. O mesmo caminho estão tomando outros professores e as comunidades de uma maneira geral, eles querem falar, eles querem discutir com as autoridades para que elas possam conhecer o pensamento indígena e quem realmente somos. O projeto avança neste sentido porque possibilita a reflexão com os professores. Eles trazem suas experiências como pessoas, as experiências de contato com o colonizador e com estas frentes de expansão que ocorreram ao longo do processo histórico. Eles vêm trazendo isto e escrevendo a sua própria história, o que é o mais importante de tudo: escrever, registrar e valorizar os costumes e as tradições. O projeto possibilita isto, prepara as pessoas para isto. Evidentemente, existem conflitos, como em qualquer lugar, mas estamos lidando com pessoas que têm interesse e vontade de contribuir conosco. Dentro deste quadro, temos discutido a pedagogia indígena. Esta é uma das questões que vamos levar agora para a discussão do currículo. A pedagogia indígena é muito diferente e os professores têm colocado muito de suas experiências nas aldeias, do que temos de importante dentro das nossas tradições que é a própria prática pedagógica tradicional. Estamos lutando para que a educação escolar indígena do estado do Mato Grosso seja uma política pública, porque é a política pública que atinge a todos. É muito complicado falar de escola privada, de universidade privada, pois a gente fica dependendo de recursos, etc. Mas a escola pública é diferente, a escola pública atinge a todos. Este é um dos nossos desafios, porque temos instituições que atuam conosco, mas nem todas compactuam com os mesmos pensamentos. Por outro lado, eu vejo a importância dos antropólogos e das academias no sentido de formar pessoas com elementos de uma

educação mais libertadora. É muito importante a libertação dos pensamentos, sobretudo a libertação das idéias errôneas a respeito dos povos indígenas. Precisamos conclamar as instituições afins e convencer as autoridades. As coisas começam passando pelo crivo do governo de estado, dos secretários de estado, dos secretários municipais, das prefeituras, etc. O convencimento também passa pelo crivo da questão política, de saber fazer política. Os professores têm sabido lidar muito bem com esta questão e, graças a isto, temos conseguido avançar, mas precisamos avançar muito mais. O que queremos mesmo é que as pessoas que estejam atuando com as populações indígenas sejam, de fato, pessoas preparadas, pessoas formadas. Não uso o termo capacitação porque capacitação, no meu entendimento, é uma coisa passageira e a formação não é passageira, a formação se embrenha nas raízes do pensamento, da mentalidade. Precisamos de pessoas com idéias libertadoras para lidar com a questão indígena. Muito obrigado.